

LAIS LIVIA GABRIEL

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA AÇÃO PEDAGÓGICA

MARINGÁ

2010

LAIS LIVIA GABRIEL

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA AÇÃO PEDAGÓGICA

Artigo apresentado à Universidade Estadual de Maringá – UEM, como parte das exigências para a conclusão do Curso de Pedagogia, sob a orientação da Prof^a Dr^a Solange Franci Raimundo Yaegashi.

MARINGÁ
2010

LAIS LIVIA GABRIEL

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA AÇÃO PEDAGÓGICA

Artigo apresentado à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do Título de Pedagoga, sob a orientação da Professora Doutora Solange Franci Raimundo Yaegashi.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra Solange Franci Raimundo Yaegashi
(Universidade Estadual de Maringá)

Prof^a Ms Janira Siqueira Camargo
(Universidade Estadual de Maringá)

Prof^a Ms Celma Regina Borghi Rodriguero
(Universidade Estadual de Maringá)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus que me iluminou e conduziu, em graça e sabedoria, até este momento tão especial de conclusão de curso.

A minha família e amigos que acompanharam minha trajetória em busca do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por Sua bondade infinita de pai que sempre nos deseja e nos proporciona o que há de melhor na vida.

À minha família, meus pais e irmão, que durante esses quatro anos me apoiaram, incentivaram e principalmente, acreditaram que eu seria capaz de chegar até este momento.

Ao meu namorado e futuro esposo que foi tão compreensivo e companheiro, compreendendo com carinho e paciência os meus momentos de ausência e dedicação aos estudos.

Aos meus professores que nesse percurso contribuíram de forma tão brilhante com o meu crescimento acadêmico e também enquanto pessoa.

À minha orientadora, em especial, por sua imensa e incomparável dedicação para que este trabalho se concretizasse.

Antecipo meus agradecimentos à banca examinadora por sua disponibilidade em contribuir com meu conhecimento e desenvolvimento.

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA AÇÃO PEDAGÓGICA

Lais Livia Gabriel¹

Solange Franci Raimundo Yaegashi²

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir as contribuições da Psicopedagogia, enquanto área do conhecimento, na ação pedagógica. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica enfocando-se autores que abordam o histórico da Psicopedagogia, suas possibilidades de intervenção dentro e fora da escola, como também sua presença no contexto escolar e nas instituições não-escolares. Procurou-se enfocar, ainda, aspectos fundamentais da relação existente entre Psicopedagogia e Pedagogia, bem como suas contribuições para ambos os trabalhos no espaço escolar ou clínico. Concluiu-se que tanto a Psicopedagogia clínica quanto a institucional estão diretamente interligadas e trazem contribuições importantes à ação pedagógica, colaborando na superação das defasagens de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Psicopedagogia, ação pedagógica, intervenção psicopedagógica,

PSYCHOPEDAGOGICAL CONTRIBUTIONS IN PEDAGOGICAL ACTIVITIES

Abstract: Psychopedagogical contributions in pedagogical activities, as an area of knowledge, are discussed. A bibliographical research focusing on authors that deal with the history of Psychopedagogy, its interventional possibilities within and outside the school and its presence in the school context and in non-school institutions is undertaken. Basic aspects of the relationships between Psychopedagogy and Pedagogy are approached, coupled to its contribution for both within the school and clinical environment. Results show that clinical Psychopedagogy and institutional Psychopedagogy are directly related and highly contribute towards pedagogical activities. In fact, they help in overcoming weaknesses in teaching and learning.

Keywords: Psychopedagogy; pedagogical activity; psychopedagogical intervention.

Introdução

A Psicopedagogia, enquanto área do conhecimento e aplicação, se destaca por sua multidisciplinaridade, pois está estritamente ligada a outras áreas como Psicologia,

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

² Psicóloga e Prof^a Dr^a do Departamento de Teoria e Prática da Educação da UEM e dos Mestrados em Engenharia Química e Zootecnia, Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

Pedagogia, Psicanálise, Linguística, Matemática, Fonoaudiologia, Neuropsicologia, Medicina, entre outras.

Para entender seu processo de múltipla atuação, entre eles o clínico que pode ser terapêutico e o institucional que pode ser preventivo e vice-versa, nos espaços escolares ou não, podemos recorrer às considerações de autores como Bassedas et al (1996), Bossa (1994), Cavacchia (2000), Fagali e Vale (1993), Fini (2000), Morais (2010), Rodríguez (2005), Sánchez (2004), Souza (2000) e Weiss (1992).

Esses autores nos permitem estabelecer uma relação direta entre a prática psicopedagógica e as ações pedagógicas direcionadas àquelas crianças com dificuldades escolares, que não possuem o mesmo ritmo dos demais alunos em sala de aula ou em nível de aprendizado. Destacam a importância do psicopedagogo não somente enquanto mediador de possíveis dificuldades encontradas no cotidiano escolar ou institucional como um todo, mas também como aquele que assessora a equipe pedagógica e todos aqueles envolvidos no processo de readaptação: escola, família e sociedade.

Para que uma intervenção psicopedagógica aconteça, é importante considerar aspectos que definem os diferentes interesses da Psicopedagogia enquanto área de estudo: aspectos orgânicos, cognitivos, emocionais, sociais e pedagógicos (WEISS, 1992).

O psicopedagogo em sua atuação, clínica ou preventiva, precisa levar em consideração que a aprendizagem de uma criança começa muito antes de sua aprendizagem escolar, além da influência do meio em que vive. Por isso a necessidade de integrar escola, aluno, família e sociedade durante o acompanhamento.

É comum que os pais, e até mesmo dentro da escola ou no meio acadêmico, confundam acompanhamento e trabalho psicopedagógico com possíveis intervenções pedagógicas. Apesar de caminharem juntos, esses dois processos têm características próprias e se complementam. Daí a subdivisão dentro da

Psicopedagogia como clínica e institucional. É preciso entender a relação de cada uma com as especificidades com as quais trabalham.

A problemática que se pretende investigar pode ser assim colocada: De que modo os conhecimentos advindos da Psicopedagogia podem contribuir em relação ao fazer pedagógico?

Neste sentido, o objetivo do presente estudo é discutir as contribuições da Psicopedagogia, enquanto área do conhecimento, na ação pedagógica.

O trabalho justifica-se pela necessidade de se conhecer melhor essa nova área de conhecimento, uma vez que ela se constitui, na atualidade, como um campo de atuação promissor para o pedagogo e outros profissionais vinculados à Educação.

A fim de alcançar o objetivo proposto, o presente estudo, de natureza teórica, está subdividido da seguinte forma: breve histórico da Psicopedagogia e seu objeto de estudo, a Psicopedagogia no contexto institucional, mais especificamente no contexto escolar e as possibilidades de intervenção psicopedagógica.

1 Breve histórico sobre a Psicopedagogia e seu objeto de estudo

Quando nos referimos à Psicopedagogia, um de seus maiores impasses pode ser pensado a partir da definição de seu objeto de estudo. Dentre os principais autores que se destacam na definição deste objeto de estudo estão Bossa (1994), Gasparian (1997) e Sisto et al (1996).

Antes mesmo de refletirmos sobre o objeto de estudo da Psicopedagogia, é necessário que se faça um breve histórico sobre a mesma, no Brasil, nos apropriando dos autores supracitados.

Conforme ressaltam Sisto et al. (1996), nos últimos anos, pode-se acompanhar uma significativa ampliação do trabalho psicopedagógico no Brasil, como também um

considerável aumento no número de clínicas de atendimento psicopedagógico, além de congressos, encontros, publicações e pesquisas direcionadas especialmente à Psicopedagogia enquanto atendimento específico de crianças e jovens que apresentam dificuldades relacionadas à escola.

Todo este processo teve início com a crença de que os problemas de aprendizagem eram causados por fatores orgânicos, o que perdurou muito tempo e determinou a forma de tratamento dada à questão do fracasso escolar até bem recentemente no Brasil (BOSSA, 1994). Ou seja, apesar dessa perspectiva não ser uma “invenção de brasileiro”, como destaca a autora, foi rapidamente incorporada pelo fato de ser uma explicação ingênua e ideal para a situação do sistema de ensino.

A princípio, os problemas de aprendizagem foram estudados e tratados por médicos, prática essa que perdura ainda hoje em nosso país, por parte dos pais e encaminhamentos feitos pelas escolas (BOSSA, 1994).

Segundo Bossa (1994), no início da década de 70, surgiram, em nível institucional, cursos com enfoque psicopedagógico, antecedendo a criação dos cursos formais de especialização e aperfeiçoamento.

Esses cursos tratavam de temas como “A Criança-Problema numa classe comum”, “Dificuldades escolares”, “Pedagogia Terapêutica”, “Problemas de aprendizagem escolar” e eram oferecidos a psicólogos, pedagogos e profissionais de áreas afins em busca de subsídios para atuar junto às crianças que não respondiam às solicitações das escolas. (BOSSA, 1994, p. 44-45)

Partindo dessa ideia inicial, pode-se acompanhar, ao longo dos anos, uma crescente preocupação por parte dos graduados não somente em Psicologia e/ou Pedagogia, mas também de outras áreas afins, em busca de uma melhor qualificação profissional, o que explicaria o considerável aumento do número de cursos de formação de psicopedagogos, tanto em instituições particulares quanto em escolas oficiais (instituições de ensino público superior), o investimento em cursos de especialização, a procura de programas de pós-graduação, como também um aumento do número de projetos de pesquisa e trabalhos de Psicopedagogia desenvolvidos nos programas de mestrado e doutorado (SISTO et al., 1996).

Algumas pessoas, ao longo do tempo, mereceram destaque por sua contribuição na compreensão e tratamento dos problemas de aprendizagem. Entre elas, Genny Golubi de Moraes, na época coordenadora dos cursos da PUC-SP. Foi responsável pela formação de um grande número de profissionais da Psicopedagogia que hoje desenvolvem importantes trabalhos na área. Sua prioridade consistia no trabalho preventivo, deixando claro sua preocupação no sentido de fazer com que cada vez menos crianças chegassem à clínica de atendimento psicopedagógico por problemas escolares (BOSSA, 1994).

Outro destaque, em 1979, se refere à criação do primeiro curso regular de Psicopedagogia, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, iniciativa de Maria Alice Vassimon, pedagoga e psicodramatista, e da Madre Cristina Sodré Dória, diretora do Instituto.

Maria Alice Vassimon tinha grande vontade de retomar a educação como área do conhecimento mais atuante. Por isso propôs ao Instituto Sedes Sapientiae a abertura de um espaço para um curso que valorizasse a ação do educador (SCOZ e MENDES *apud* BOSSA, 1994).

Segundo Bossa (1994), inicialmente, a expectativa dos que procuravam o curso voltava-se para uma atuação em nível clínico. Com os novos conhecimentos das áreas de Linguística, Psicolinguística e teorias do desenvolvimento, inclusive as contribuições de Emilia Ferreiro, os problemas de aprendizagem passam a ser ressignificados e os próprios cursos tomam outro direcionamento. Assim, inclui-se o atendimento grupal no modelo clínico e inicia-se uma linha de trabalho em nível preventivo.

Essa nova abordagem acaba refletindo diretamente na mudança da forma de conceber a problemática do fracasso escolar e a busca pela *identidade* desse profissional brasileiro, que nasce como *reeducador* e que, ao longo do tempo, amplia o seu compromisso assumindo a responsabilidade com a diminuição dos problemas de aprendizagem nas escolas e, conseqüentemente, com a redução dos altos índices de fracasso escolar. (BOSSA, 1994, p. 46)

A partir do início da década de 90, os cursos de especialização em Psicopedagogia, *lato sensu* multiplicaram-se. É importante mencionar também a existência da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp). Ela tem sido responsável pela organização de eventos, bem como por publicações que retratam as preocupações e tendências da área (BOSSA, 1994).

E é a partir desse percurso histórico que o objeto de estudo da Psicopedagogia vai se definindo.

Para Gasparian (1997), a Psicopedagogia é o estudo que se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda da escola. E para atender a essa demanda, partiu-se da prática e constituiu-se um corpo teórico.

Sisto et al (1996), por sua vez, entendem a Psicopedagogia como uma área interessada em investigar a relação da criança com o conhecimento tendo como objetivo a intervenção, a fim de “colocar-se no meio”, de fazer a mediação entre a criança e seus objetos de conhecimento. Os autores ainda destacam que, dada a natureza prática e, por isso, totalizadora do trabalho psicopedagógico, nenhuma teoria ou disciplina, isoladamente, dá conta de explicá-lo ou fundamentá-lo, o que evidencia a necessidade de uma formação multidisciplinar do psicopedagogo.

Para Scoz (1992, *apud* BOSSA, 1994), a Psicopedagogia no Brasil é a área que estuda e lida com o processo de aprendizagem e suas dificuldades e, numa ação profissional, deve englobar vários campos do conhecimento, integrando-os e sintetizando-os. Para a autora implicaria no exercício de uma profissão, isto é, uma forma específica de atuação, surgindo com “o compromisso de contribuir para a compreensão do processo de aprendizagem e identificação dos fatores facilitadores e comprometedores desse processo, com vistas a uma intervenção” (BOSSA, 1994, p. 47).

De acordo com Bossa (1994), a definição do objeto de estudo da Psicopedagogia passou por fases distintas, assim como os demais aspectos dessa área de estudo.

Houve tempo em que o trabalho psicopedagógico priorizava a reeducação, o processo de aprendizagem era avaliado em função de seus déficits e o trabalho procurava vencer tais defasagens. O objeto de estudo era o sujeito que não podia aprender. Atualmente, se volta para as características da aprendizagem humana: como se aprende, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las. Esse objeto de estudo, que é um sujeito a ser estudado por outro sujeito, adquire características específicas a depender do trabalho clínico ou preventivo, que trataremos mais detalhadamente no decorrer do estudo.

Para Bossa (1994), a Psicopedagogia, enquanto produção de conhecimento científico, nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem, e por isso não se basta como aplicação da Psicologia à Pedagogia. Por isso, a autora a define como constituição de uma nova área que, recorrendo aos conhecimentos dessas duas (psicologia e pedagogia), pensaria o seu objeto de estudo a partir de um corpo teórico próprio, ou melhor, que busca se constituir. Já como área de aplicação, antecederia o *status* de área de estudos, a qual tem procurado sistematizar um corpo teórico próprio, definir o seu objeto de estudo, delimitar o seu campo de atuação, e para isso recorre à Psicologia, Psicanálise, Linguística, Fonoaudiologia, Medicina, Pedagogia.

De acordo com Neves (1992, *apud* BOSSA, 1994, p. 8), “a Psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades interna e externa da aprendizagem, tomadas em conjunto”.

Do ponto de vista de Weiss (1992, *apud* BOSSA, 1994, p. 9), “a Psicopedagogia busca a melhoria das relações com a aprendizagem, assim como a melhor qualidade na construção da própria aprendizagem de alunos e educadores”.

Para Fernández (1991, *apud* GASPARIAN, 1997), o objeto de estudo da Psicopedagogia é sempre o sujeito “aprendendo” e esta aprendizagem está sempre

relacionada com o próprio sujeito, com o sujeito e o objeto, com o sujeito e o meio, portanto, sistemicamente.

Segundo Visca (1991, *apud* BOSSA, 1994), a Psicopedagogia, que inicialmente foi uma ação subsidiária da Medicina e da Psicologia, perfilou-se aos poucos como um conhecimento independente e complementar, possuída de um objeto de estudo – o processo de aprendizagem – e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios.

Analisando a definição de cada autor, verifica-se que o tema da aprendizagem ocupa-os e preocupa-os, sendo os problemas desse processo (de aprendizagem) a causa e a razão da Psicopedagogia (BOSSA, 1994).

Assim, a Psicopedagogia seria a área de estudo que se ocupa da aprendizagem humana, que adveio da preocupação com o problema de aprendizagem e evoluiu devido a existência de recursos, constituindo-se, assim, numa prática que deve ocupar-se inicialmente do processo de aprendizagem (BOSSA, 1994).

Gasparian (1997) complementa a ideia acima especificando quais seriam as características da aprendizagem humana que se ocupam desse processo de aprendizagem. São elas: como nós aprendemos, como a aprendizagem varia evolutivamente, como se produzem suas alterações e como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las.

Daí a grande importância em conhecer as teorias de aprendizagem, assim como algumas teorias psicológicas que embasam a Psicopedagogia (GASPARIAN, 1997). No entanto, faz-se necessário construir uma teoria psicopedagógica fundamentada em conhecimentos de outros corpos teóricos, que, ressignificados, embasem a prática desejada (BOSSA, 1994).

2 A Psicopedagogia no contexto escolar

Como já destacado anteriormente, a Psicopedagogia, enquanto área de estudo, se preocupa diretamente com a aprendizagem humana e pode ser terapêutica ou preventiva.

No contexto escolar o trabalho psicopedagógico acontece na forma terapêutica e preventiva, e o profissional que atua neste espaço é conhecido como psicopedagogo ou assessor psicopedagógico.

Geralmente a figura deste profissional está relacionada às clínicas de atendimento terapêutico individual. No entanto, ele também pode ser encontrado nas escolas e, de forma mais abrangente, em organismos governamentais. Ou seja, sua atuação não se configura apenas no atendimento e tratamento de problemas já instalados, mas atua também em pesquisa sobre a aprendizagem e desenvolvimento, no diagnóstico de alunos, individualmente, ou diagnóstico de situações escolares, atendimento individual e atendimento em grupo, trabalho preventivo e trabalho de assessoria em escolas e para professores (FINI, 2000).

Segundo Bassedas et al (1996), a tarefa do psicopedagogo consiste em colaborar com a escola em relação a determinados alunos que apresentam dificuldades no seu processo educativo, seja em nível de aprendizagem ou de relacionamento.

Em algumas instituições escolares existem as “equipes de apoio”. Nessas equipes, durante algum tempo, o assessor psicopedagógico costumava trabalhar com o aluno em sessões individuais, descontextualizado de sua classe, submetendo-o a testes psicológicos ou pedagógicos, com o objetivo de diagnosticar o que acontecia para, posteriormente, orientar o professor sobre qual seria a prescrição mais conveniente de acordo com o diagnóstico efetuado (RODRIGUÉZ, 2005). Segundo o autor, todo esse processo, muitas vezes, fazia com que os professores, e inclusive os pais, “depositassem” suas responsabilidades no assessor. No entanto, esses, entre outros fatores, determinaram na reflexão e na redefinição conceitual do modelo da intervenção mediante assessoria.

Atualmente, é amplamente aceito e disseminado como um processo compartilhado entre os diversos profissionais – psicopedagogo, tutor e/ou professor de área, família, etc. – numa relação simétrica, cada um a partir do seu saber, e contextualizado no estabelecimento escolar. (RODRIGUÉZ, 2005, p. 53-54)

Nesta mesma perspectiva, Bassedas et al (1996) acreditam ser indispensável estabelecer um contexto de colaboração com os professores e a escola diante de qualquer objetivo estabelecido. Dessa forma, o psicopedagogo deve complementar o trabalho do professor, tentando resolver, discutir ou atingir determinadas situações. Para isso, esse profissional precisa das informações fornecidas pelo professor, estabelecendo assim uma colaboração eficiente (SELVINI *apud* BASSEDAS et al, 1996). Ou seja, partir daquilo que o professor pode oferecer e ir mais além; buscar estratégias pertinentes e adequadas para realizar as atividades.

Para Bassedas et al (1996), a presença contínua do psicopedagogo dentro da escola possibilita a este profissional conhecer a instituição e colaborar com ela de uma forma discreta, porém constante, para a sua renovação e realização de mudanças.

O psicopedagogo tem condições de trabalhar com as concepções que os professores têm sobre os processos de ensino-aprendizagem, assinalando a multidimensionalidade do problema, a importância de se considerar fatores orgânicos, cognitivos, afetivo/sociais e pedagógicos, dentre outros. (FINI, 2000, p. 69)

O psicopedagogo, enquanto profissional inserido no contexto escolar, não pode ser visto como o “dono da verdade” ou portador de soluções prontas, mas sim procurar acompanhar e impulsionar o trabalho cooperativo de professores e demais profissionais da escola, procurando contribuir para uma maior eficiência e coerência, participando com todos, por exemplo, do momento da definição do projeto pedagógico e da análise e discussão de situações e casos especiais (FINI, 2000).

Sua colaboração pode acontecer de diversas formas, o que irá depender da solicitação do professor, em função da avaliação das necessidades após haver realizado o diagnóstico, bem como, em função da análise das circunstâncias dos

diferentes sistemas e, mais especificamente, do sistema aula (BASSEDAS et al, 2000).

Bassedas et al (1996) afirmam, ainda, que o psicopedagogo precisa contribuir com uma visão diferente, ampliando, assim, seu campo de observação em relação ao aluno e ajudando-o a elaborar respostas pertinentes. No entanto, para que isso aconteça, é necessário estar mais afastado da situação, observando e analisando a partir de contextos diferentes, considerando as relações e interações sem estar tão influenciado pela situação e condução do grupo-aula.

Em relação aos alunos com dificuldades, o psicopedagogo deve procurar oferecer ao professor a possibilidade de dividir a angústia e a responsabilidade que sente diante de determinadas situações (BASSEDAS et al, 2000).

O trabalho psicopedagógico, como assinala Scoz (1992, *apud* FINI, 2000), pode estar voltado para a assessoria de professores e demais educadores, nas escolas, com o objetivo de contribuir para a melhoria do trabalho docente, ampliando a perspectiva de análise das questões pedagógicas e alternativas de trabalho.

Para tanto é preciso que os educadores sempre se questionem sobre as razões dos resultados escolares insatisfatórios, não apenas constatando e identificando, mas diagnosticando essa insuficiência com o auxílio do psicopedagogo ou assessor psicopedagógico e determinando assim os contingentes que ocorreram para produzi-la.

2.1 Um novo “olhar” e um novo “fazer”: reflexões sobre o contexto escolar

Segundo Cavacchia (2000), no contexto institucional, a Psicopedagogia implica uma metodologia específica de trabalho que precisa levar em conta, necessariamente, o contexto em que se desenvolve a ação pedagógica: família, escola, comunidade, e não apenas as características psicológicas e sociais das crianças, como também, as características dos educadores e da própria instituição.

Para Moraes (2010), ao voltar o nosso olhar para a Psicopedagogia Institucional, estamos nos voltando para o trabalho de assessoria a pedagogos, orientadores, professores, gestores, profissionais que têm como objetivo trabalhar as questões pertinentes às relações vinculares entre sujeitos em situação de aprendizagem e a construção desse processo, considerando os diferentes níveis de implicações que decorrem da interação permanente do aprendente com o meio que o cerca, mais especificamente, com figuras significativas que se fazem mediadores dessa relação sujeito X aprendizagem.

Moraes (2010) considera a Psicopedagogia Institucional um modelo teórico-prático que permite um questionamento, um diagnóstico e uma elaboração de recursos para a solução de problemas em situações de carência, conflito e crise em instituições educacionais.

Ao contrário do que se pensa, o psicopedagogo institucional tanto pode, como deve atuar não só terapeuticamente, mas também preventivamente, interferindo nas séries iniciais e, posteriormente, se estendendo às outras séries (GASPARIAN, 1997).

Segundo Gasparian (1997), a atuação desse profissional na instituição será a de esclarecer e orientar não apenas a equipe pedagógica ou de apoio pedagógico, mas também a família, sobre as características das diferentes etapas do desenvolvimento, sobre o progresso, sobre as condições psicodinâmicas e determinantes da dificuldade de aprendizagem, não só em nível de defasagem de conteúdo, mas também em nível cognitivo.

Do ponto de vista terapêutico institucional, Gasparian (1997) ressalta que o psicopedagogo deverá identificar, analisar e elaborar uma metodologia de diagnóstico e intervenção para sanar as dificuldades de ensino e aprendizagem em todos os níveis (administrativo, docente, técnico, discente, familiar, etc.).

De acordo com Fagali e Vale (1993), na instituição escolar é possível identificar duas naturezas de trabalhos psicopedagógicos: o curativo e o responsável pela assessoria junto ao pedagogo, orientadores e professores. O primeiro estaria mais voltado aos grupos de alunos com dificuldades escolares, reintegrando e readaptando esse indivíduo à situação de sala de aula, respeitando suas necessidades e ritmo. Já o segundo, enquanto assessoria, teria como objetivo trabalhar as questões pertinentes e das relações professor-aluno, redefinindo os procedimentos pedagógicos, integrando o afetivo e o cognitivo através da apropriação dos conceitos nas diferentes áreas do conhecimento.

No que se refere aos diagnósticos, nas instituições, é comum que sejam realizados por uma equipe multidisciplinar e acompanhados pelo psicopedagogo.

No entanto, conforme sugere Weiss (1992), alguns cuidados precisam ser tomados no atendimento a pessoas com dificuldades de aprendizagem, tanto em instituições públicas, quanto particulares:

1º Discussão prévia da equipe sobre o que se entende por problemas de aprendizagem, sobre como se fazer uma avaliação psicopedagógica, como se dividir essa avaliação em etapas, como fazer registros e relatos que possam ser compreendidos pelos demais profissionais da equipe.

2º Encontro da equipe no final da coleta de dados para uma troca pessoal de observações e resultados a fim de que possa ser construída uma imagem global do paciente no que se refere à aprendizagem e ao desempenho escolar. (WEISS, 1992, p. 130)

Para a autora, sem uma troca pessoal entre os profissionais da equipe, o diagnóstico se transforma numa soma de laudos parciais que nem sempre permite construir a imagem global do sujeito.

Sendo assim, podemos considerar que tanto a forma preventiva quanto a terapêutica fundem-se em vários pontos de atuação do psicopedagogo.

Segundo Gasparian (1997), essa divisão, prevenção e terapia, foi criada mais no sentido teórico-didático e metodológico do que do ponto de vista prático.

[...] um não pode acontecer sem o outro, ou seja, tanto na forma preventiva como na terapêutica existe o diagnóstico psicopedagógico; quando se age preventivamente também se atua terapêuticamente e vice-versa. (GASPARIAN, 1997, p. 53)

Esta particularidade do trabalho psicopedagógico em instituições obriga o psicopedagogo a situar-se numa perspectiva interdisciplinar, para poder compreender os problemas que se apresentam. Obriga-o, também, a integrar-se num trabalho de equipe, no qual o seu papel define-se em íntima sintonia com o dos demais membros da equipe, exigindo, na maior parte das vezes, um trabalho de articulação e coordenação desses papéis (CAVACCHIA, 2000). Portanto, é necessário que todos os envolvidos no processo desenvolvam um novo “olhar” e um novo “fazer” no contexto da escola, a fim de que as os objetivos educacionais sejam alcançados.

2.2. As possibilidades de intervenção psicopedagógica

A intervenção psicopedagógica, enquanto avaliação e melhora da aprendizagem, deve considerar seus muitos elementos e focos nos quais se concretiza. (BELTRÁN et al. *apud* SANCHÉZ, 2004). Deve ser facilitadora e estabelecer pontes que facilitem a autonomia da criança.

Pode ser considerada, cientificamente, como um tipo de intervenção especializada, intencional e planejada pelo psicopedagogo e que se realiza a partir dos modelos teóricos e tecnológicos respectivos, que surgem da disciplina psicopedagógica (GARCÍA, CANTÓN e GARCÍA *apud* SANCHÉZ, 2004).

Segundo García (*apud* SANCHÉZ, 2004), a intervenção psicopedagógica foi conceitualizada em relação aos problemas do desenvolvimento. Para Sánchez (2004), falar de intervenção é falar de intervenção mais ou menos especializada, mas sempre fundamentada cientificamente em modelos teóricos e tecnológicos. Sendo assim, seria de caráter intencional e planejado, exigindo um certo nível de estruturação e de formalização.

Souza (2000) destaca a importância da relação mútua entre intervenção e diagnóstico, já que um bom diagnóstico é necessário para o planejamento de uma intervenção adequada. A autora acredita não ser fácil fazer um bom diagnóstico, bem como não é fácil planejar e realizar uma boa intervenção, pois tanto para um como para outro, devem-se estabelecer critérios.

Conhecer as características do pensamento da criança pode auxiliar o profissional a planejar uma intervenção que pretenda desenvolver o pensamento e o raciocínio. A necessidade de se estudar o pensamento da criança pequena, para pesquisar suas características próprias, opondo-se à visão de que a criança comparada ao adulto apresentaria “deficiências” de pensamento. Uma intervenção poderá se diferenciar em virtude das características de cada criança, no que diz respeito ao seu pensamento e também no que se refere aos outros aspectos de seu desenvolvimento. (SOUZA, 2000, p. 113-114)

Bassedas et al (1996) consideram o campo de intervenção complexo, visto a necessidade de aceitar, considerar e ser capaz de analisar a fim de que se possa efetivamente contribuir com uma visão mais ampla e global das diferentes situações nas quais o psicopedagogo precisa atuar.

Além disso, como afirma Sánchez (2004), algumas características também podem dar à intervenção essa ideia complexa. São elas as possibilidades de ser direta ou indireta, especializada ou não, formal ou informal, intencional ou acidental, planejada ou espontânea, global ou específica, sistêmica ou parcial. Assim, por exemplo, a intervenção que o profissional realiza pode ocorrer por meio dos professores ou pelo manejo da instituição educacional, familiar ou comunitária.

Por este motivo é fundamental que seja feito um bom diagnóstico clínico e institucional, precedendo a intervenção psicopedagógica.

Segundo Weiss (1992), na prática diagnóstica é necessário levar em consideração alguns aspectos ligados às três perspectivas de abordagem do fracasso escolar: a da sociedade, a da escola e a do aluno, como também os aspectos orgânicos, cognitivos, emocionais, sociais e pedagógicos.

Num sentido mais específico, fala-se em intervenção como uma interferência que um profissional realiza sobre o processo de desenvolvimento e/ou aprendizagem de um sujeito ou de uma instituição, os quais podem estar apresentando problemas. Daí a necessidade de se introduzir novos elementos para que esse sujeito possa pensar e se relacionar com o mundo das pessoas e das idéias. Da mesma forma, a intervenção na instituição deve promover a aprendizagem de seus componentes levando-os ao crescimento pessoal e grupal (SOUZA, 2000).

Segundo a autora, uma intervenção terapêutica, uma fala, um assinalamento, uma interpretação, são exemplos de intervenções, com a finalidade de desvelar um padrão de relacionamento, uma relação com o mundo e, portanto, com o conhecimento.

Sánchez (2004) destaca uma questão importante e de grande interesse.

[...] a intervenção não só parte das necessidades apresentadas pelas pessoas com dificuldades de aprendizagem e por suas famílias, como também das necessidades que, em relação a isso, manifestam as pessoas do meio em que participam ou com quem interagem. (SANCHÉZ, 2004, p. 18)

Contudo, uma intervenção psicopedagógica de qualidade deve levar em consideração as contribuições disponíveis da Psicologia e da Pedagogia e outras áreas afins, e como toda disciplina, perseguir sua construção própria (SANCHÉZ, 2004).

Dentro dessa construção de identidade é preciso considerar a importância do diagnóstico, que irá fornecer os dados necessários para uma boa intervenção. É preciso entender o processo de produção dos alunos e não somente seus resultados finais. Olhar o sucesso e o insucesso e reconstituir o processo de produção de sua resposta, o que permitirá determinar o local e a incidência do erro (SOUZA, 2000).

Segundo Sánchez (2004), além do diagnóstico, é essencial que na intervenção psicopedagógica aconteça o uso de técnicas específicas, como a de análise de tarefas para o projeto de ensino ou o foco da conduta docente e sua otimização.

Paín (*apud* SOUZA, 2000) também trata do tema da intervenção juntamente com o do diagnóstico, em crianças com problemas de aprendizagem. A autora chama a atenção para o modo como deixamos de lado aqueles que fazem algo diferente do usual ou da norma. Para ela, o não-aprender é um sintoma que precisa ser desvendado, e suas origens estão na constituição orgânica (que estabelece os limites) e na articulação criança-pais.

Sánchez (2004) considera fundamental e obrigatório o conhecimento dos processos cognitivos envolvidos nas diferentes áreas curriculares para o projeto da intervenção psicopedagógica.

A criação de modelos de intervenção psicopedagógica rigorosos e científicos é uma necessidade básica para a conquista da linguagem, das ciências, da matemática, do setor esportivo e da educação física, dos valores sociais, e para sua aplicação no campo das dificuldades de aprendizagem e dos conhecimentos da psicologia cognitiva e de sua aplicação por meio da psicologia do ensino. (SANCHEZ, 2004, p. 21)

Sendo assim, levar em consideração os conhecimentos educacionais, não está limitadamente restrito às pessoas com dificuldades de aprendizagem, mas também aos contextos reais e da sala de aula.

Segundo Vinh-Bang (*apud* SOUZA, 2000, p. 117), a intervenção “consiste em criar situações tais que o aluno é chamado a agir mentalmente, de uma maneira que seja estruturante, integrando suas ações num sistema de coordenação e de composição operatórias”. Daí a importância de considerar qualquer resposta da criança, seus sucessos e insucessos, estratégias boas e más.

Souza (2000) destaca algumas atividades pedagógicas, hoje em dia denominadas intervenções psicopedagógicas:

1. estratégias que visam à recuperação, por parte das crianças, de conteúdos escolares avaliados como deficitários;
2. procedimentos de orientação de estudos (organização, disciplina, etc.);
3. atividades como brincadeiras, jogos de regras e dramatizações realizadas na escola e fora dela, com o objetivo de promover a plena expressão dos afetos e o desenvolvimento da personalidade de crianças com e sem dificuldades de aprendizagem;

4. atendimentos em consultório de crianças com dificuldades de aprendizagem na escola (encaminhamentos feitos pela própria escola); e
5. pesquisa de instrumentos que podem ser utilizados para auxiliar o processo de aprendizagem de crianças, bem como o seu desenvolvimento, no que se refere à inteligência e afetividade. (SOUZA, 2000, p. 123)

Portanto, é papel do psicopedagogo pesquisar novos recursos que possa utilizar em sua prática, para melhorá-la e para proporcionar aos seus clientes, no contexto clínico, um atendimento mais eficaz. No contexto escolar, por sua vez, esses recursos devem ser colocados à disposição dos docentes a fim de que os mesmos possam ajudar seus alunos na superação de dificuldades escolares (SOUZA, 2000).

Sánchez (2004) também contribui com a catalogação de algumas intervenções que considera psicopedagógicas. Entre elas: o uso de melhores estratégias, os enfoques de autodeterminação, a aprendizagem auto-regulada, a potencialidade do planejamento na escrita, a superação do fracasso e baixo rendimento. Esses procedimentos, para o autor, ilustrariam a aplicação do campo das dificuldades de aprendizagem, dos conhecimentos mais atuais procedentes da psicologia científica e, basicamente, da psicologia cognitiva e do ensino.

Macedo (*apud* SOUZA, 2000) sugere o uso de jogos de regras, tanto no contexto clínico quanto no escolar, com um propósito psicopedagógico, pois para ele, estes apresentam uma situação-problema, um resultado e um conjunto de regras que determinam os limites dentro dos quais a situação-problema e os resultados serão considerados. O autor considera que os jogos permitem às crianças analisar seus erros e usar estratégias, podendo assim ocorrer uma correção muito mais eficaz do que aquela propiciada por um assinalamento do psicopedagogo para algo que nem sempre a criança está podendo enxergar e compreender. A criança então será capaz de produzir e compreender situações.

A análise do jogar permite investigar os erros das crianças e torná-los observáveis. Quando se trata de uma intervenção, o erro se tornará um observável em dois planos: o das ações e o dos objetos sobre os quais ele incide, o que proporcionará à criança uma ampliação do seu sistema de compreensão, em razão da correção dos procedimentos utilizados e da superação da fase anterior. Pensar sobre o erro e tomá-lo como um observável poderá levar a

criança a tomar consciência de seus procedimentos. (SOUZA, 2000, p. 121)

Para Souza (2000), as ações da criança ao jogar darão indícios importantes de como ela age diante dos objetos de conhecimento, de como compreende com base em suas ações a realidade em que vive.

A característica lúdica dos jogos permite que a criança tenha uma atitude mais livre de exploração e entendimento das situações-problema, o que nas situações mais formais da sala de aula nem sempre ocorre. Os jogos permitem o diagnóstico dos modos de pensar da criança, bem como podem ser um bom instrumento de intervenção para a compreensão e superação de dificuldades de aprendizagem. (SOUZA, 2000, p. 122-123)

Considerando que os objetivos da intervenção psicopedagógica consistem na desaparecimento do sintoma e na possibilidade da criança aprender normalmente, ou ao menos em um nível mais alto que lhe seja permitido, cabe ao psicopedagogo saber investigar, levantar hipóteses, bem como avaliar os resultados de seus atendimentos, baseado em referenciais teóricos consistentes, os quais permitirão reflexões ricas e produtivas, para sua atuação profissional (SOUZA, 2000).

Por outro lado, no contexto escolar, a intervenção do psicopedagogo dará ao educador subsídios para discernir, no fracasso escolar do aluno, o que é seu enquanto ensinante, o que é da escola enquanto instituição de promoção de construção do conhecimento, o que é do aluno-aprendente, tudo isso dentro de um marco sócio-político-cultural (SCOZ, 1994).

Em síntese, a autora explica que uma ação psicopedagógica desempenha papel importante sobre os problemas reais de aprendizagem. Assim, a Psicopedagogia, inicialmente restrita ao atendimento em clínicas particulares, pouco a pouco vem se ampliando, contribuindo também para a diminuição dos problemas de aprendizagem nas escolas e para a redução de altos índices de fracasso escolar.

Considerações Finais

Considerando a importância do trabalho psicopedagógico junto às dificuldades de aprendizagem, torna-se importante ressaltar sua relação com a ação e prática pedagógica, dentro ou fora dos espaços escolares.

O psicopedagogo precisa ser aquele que media tanto o aluno que precisa de seu acompanhamento, quanto a equipe pedagógica que necessita ser preparada e capacitada para identificar possíveis problemas, não apenas diagnosticando, mas também interferindo de forma adequada e eficaz.

Tanto o trabalho preventivo quanto o terapêutico são essenciais e de igual importância, o que dependerá da circunstância vivenciada e o objetivo almejado.

É preciso levar em consideração que muitas vezes, alunos, famílias, sociedade e até mesmo profissionais envolvidos na área educacional confundem o trabalho psicopedagógico dentro e fora da escola. Como vimos, o psicopedagogo que atua dentro da escola tem diferentes funções daquele que atende em clínicas de acompanhamento.

Para tanto é necessário que outras pesquisas sejam realizadas no sentido de que se busquem os fundamentos para essas questões de ordem teórica e prática, pois é de suma importância que os papéis do psicopedagogo junto às escolas e instituições sejam definidos, como também sejam delineadas novas formas de diagnóstico e intervenção.

Referências

BASSEDAS, Eulália et al. **Intervenção educativa e diagnóstico psicopedagógico**. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BOSSA, Nádía. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 1994.

CAVACCHIA, Durlei de Carvalho. Psicopedagogia na instituição educativa: a creche e a pré-escola. In: SISTO, F. F. et al (orgs.). **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis: Vozes, 2000, cap. 11, p. 196-210.

FAGALI, Eloísa Quadros; VALE, Zélia Del Rio do. **Psicopedagogia institucional aplicada**: aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1993.

FINI, Lucila Diehl Tolaine. Rendimento escolar e Psicopedagogia. In: SISTO, F. F. et al (orgs.). **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis: Vozes, 2000, cap. 3, p. 64-76.

GASPARIAN, Maria Cecília Castro. **A Psicopedagogia institucional sistêmica**. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

MORAIS, Maria de Lourdes Cysneiros de. Bases Conceituais para o Diagnóstico Psicopedagógico Institucional. Disponível em:
<<http://www.abpp.com.br/artigos/51.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

RODRIGUÉZ, Francesco López. O psicopedagogo nas equipes de apoio. In: IGEA, Benito del Rincón (org.). **Presente e futuro do trabalho psicopedagógico**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 53-179.

SANCHÉZ, Jesús-Nicasio García. **Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2004, cap. 1, p. 15-34.

SCOZ, B. J. L. **Psicopedagogia e realidade escolar**: o problema escolar e de aprendizagem. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SISTO, Fermino et al. **Atuação Psicopedagógica e Aprendizagem Escolar**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SOUZA, M. T. C. C. Intervenção psicopedagógica: como e o que planejar? In: SISTO, F. F. et al (orgs.). **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis: Vozes, 2000, cap. 6, p. 113-126.

WEISS, Maria Lucia Lemme. **Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.